

Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Luiz Fernando Vilanova Cerveira Junior

O PERFIL DO COMÉRCIO DA W3/W2 SUL E SEUS ASPECTOS CONTÁBEIS

Brasília, DF
2014

Professor Doutor Ivan Marques Toledo de Camargo
Reitor da Universidade de Brasília

Professora Doutor Mauro Luiz Rabelo
Decano de Ensino de Graduação

Professora Doutor Jaime Martins de Santana
Decano de Pesquisa e Pós-graduação

Professor Doutor Roberto de Góes Ellery Júnior
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor José Antônio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Rodrigo de Souza Gonçalves
Coordenador Geral do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de
Pós-graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN

Professora Mestre Rosane Maria Pio da Silva
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - diurno

Professor Doutor Bruno Vinícius Ramos
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - noturno

Luiz Fernando Vilanova Cerveira Junior

O PERFIL DO COMÉRCIO DA W3/W2 SUL E SEUS ASPECTOS CONTÁBEIS

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:
Prof. Mestre Alex Laquis Resende

Linha de pesquisa: Impactos da Contabilidade na Sociedade

Área Contabilidade Gerencial

Brasília, DF
2014

Junior, Luiz Fernando Vilanova Cerveira
O perfil do comércio da W3/W2 e seus aspectos contábeis
/Luiz Fernando Vilanova Cerveira Junior -- Brasília, 2014
Quant. p. 41

Orientador(a): Prof. Mestre Alex Laquis Resende

Trabalho de Conclusão de curso (Artigo - Graduação) – Universidade de
Brasília, 1ºSemestre letivo de 2014
Bibliografia.

1. Tomadas de decisão 2. Comércio no Distrito Federal 3. Micro e
pequena empresa 4. W3/W2 Sul I. Departamento de Ciências Contábeis e
Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da
Universidade de Brasília. II. Título.

CDD –

Luiz Fernando Vilanova Cerveira Junior

O PERFIL DO COMÉRCIO DA W3/W2 SUL E SEUS ASPECTOS CONTÁBEIS

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) defendido e aprovado no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte comissão examinadora:

Mestre Alex Laquis Resende Orientador
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade Brasília (UnB)

Examinador - Instituição

ATENÇÃO esta página somente deverá ser acrescida ao trabalho após a defesa e aprovação

Brasília (DF), **(DATA DA DEFESA)**

Dedico cada espaço deste trabalho a pessoa mais fantástica e amada que me ensinou os maiores valores (honestidade, amor, fraternidade, fé) da minha vida, a minha querida mãe. Não menos importante, as minhas amadas “quequinhas”: Anna Júlia, Manuela e Mariana. Sem vocês, nada seria possível. O amor que sinto por cada uma de vocês é o mais puro ágape.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado o fôlego da vida.

À minha amada mãe e maravilhosas irmãs, que sempre me amaram e deram toda a força necessária para a realização dos meus sonhos.

À Tia Ana Célia, que sempre acreditou no meu potencial e que sempre me deu preciosos conselhos.

À minha amada namorada, Amanda Maria, que pode compreender e me apoiar nos momentos de ausência.

Aos meus irmãos não sanguíneos: Thiago Antunes, Hercules Macário, Gabriel Galvão, Diego Ceccatto, Andrew Farias, Antonio Coutinho, Rodrigo Gaudard, André Reis, Rodrigo Freire, entre outros que fazem parte desta grande família.

Aos meus grandes amigos e consultores econômicos/contábeis: Felipe Ribeiro, Lucas Motta, Paulo César, Mariana Guimarães, Denílson.

Enfim, agradeço todos que me ajudaram de alguma forma.

“Se você quer ser bem sucedido, precisa ter dedicação total, buscar seu último limite e dar o melhor de si..”

Ayrton Senna da Silva

O PERFIL DO COMÉRCIO DA W3/W2 SUL E SEUS ASPECTOS CONTÁBEIS

RESUMO

As micro e pequenas empresa têm um papel significativo no contexto socioeconômico brasileiro, assim como no Distrito Federal. Em Brasília, encontram-se as Avenidas W3 Sul e W2 Sul, que, por sua vez, abrigam diversos tipos de micro e pequenas empresas que faliram ou estão em processo de falência. Outrora, esse mesmo comércio já fora considerado um dos principais pontos comerciais locais. Diante disso, o presente estudo tem por objetivo analisar as características do comércio, assim como verificar a utilização da Contabilidade no processo de gestão. Para isso, a metodologia utilizada, quanto às técnicas da pesquisa, foi um estudo bibliográfico e levantamento de campo. Quanto aos objetivos, a pesquisa se caracterizou como descritiva. No tocante a mensurar essa percepção, foi utilizado a estatística descritiva. Após tabulação dos dados coletados, verificou-se que 26% dos comerciantes creem que a maior vantagem do comércio é ter uma clientela consolidada, enquanto 33% acreditam que o principal ponto negativo é acessibilidade ao comércio. No que tange à utilização da Contabilidade, apenas 15% dos comerciantes utilizam a Contabilidade na tomada decisão. Conclui-se com o estudo que os comerciantes ao adotarem os métodos contábeis na tomada decisão estão mais propensos a expandir os negócios, em detrimento aos que não os adotam.

Palavras-chaves: Tomadas de decisão; Comércio no Distrito Federal; W3/W2 Sul; Micro e pequena empresa.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A globalização da informação e o uso da internet têm proporcionado maior competitividade entre os mercados. De acordo com Miranda et al.(2010), Silva S. (2010) e Fabretti (2011), o Brasil , por sua vez, nos últimos vinte anos, insere-se cada vez mais na economia global, o que acaba contribuindo para o desenvolvimento e dinamização da economia brasileira. Nesse contexto, o crescimento socioeconômico brasileiro tem uma importante correlação com o desenvolvimento paralelo da micro e pequena empresa (MPE).

Oliveira, Müller e Nakamura (2000, p.1), acrescentam que a pequena empresa: “vem se mostrando essencial e indispensável às economias desenvolvidas ou em desenvolvimento. Consequentemente, tornou-se um dos principais alicerces do desenvolvimento econômico das nações industrializadas de nossos dias.”

Na economia do Distrito Federal, por tratar-se de um estado de massiva participação de órgãos públicos e empresas públicas há uma predominância de microempresas e empresas de pequeno porte. Segundo estudo realizado pelo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas –SEBRAE– em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos –DIEESE–, as MPEs representam 98,6% de toda a população de empresas. Diante disso, constata-se que as empresas desses segmentos têm um importante papel no desenvolvimento socioeconômico local.

De acordo com Oleiro; Dameda e Victor (2007), ainda que as MPEs sejam importantes para a economia brasileira e do Distrito Federal, a gestão financeira tem sido um dos maiores problemas enfrentados por seus administradores que, na maioria das vezes utilizam apenas a intuição para mensurar e gerenciar os resultados. Somando a este problema, não há referências para a precificação de produtos, tampouco possuem subsídios para a melhor tomada de decisão.

Resnik (1991) destaca que, para que haja crescimento da empresa, é necessária a adoção da Contabilidade. A não utilização de métodos contábeis faz com que o gestor não compreenda e não tome as melhores decisões.

1.2 Formulação do problema

A micro e pequena empresa é um importante alicerce no desenvolvimento socioeconômico de onde está inserida. No Distrito Federal, cenário de poucas empresas de grande porte, as MPEs tem uma importância significativa. Paralelamente a esse contexto no

DF, o comércio situado nas Avenidas W3/W2 Sul tem passado por dificuldades nos últimos anos e, muitos deles, encontram-se falidos ou em processo de falência.

Partindo-se da premissa que a contabilidade é um instrumento essencial na tomada decisão e na gestão da empresa para que as mesmas se perpetuem, e que os comércios das Avenidas W3 Sul e W2 Sul sofrem por uma grave crise econômica, a presente pesquisa e estudo busca resposta para o seguinte questionamento: Qual é o perfil do comércio das Avenidas da W3 Sul e W2 Sul e como os seus administradores utilizam a Contabilidade no processo de gestão?

1.3 Objetivos

1.3.1 *Objetivo geral*

Pretende-se com este trabalho verificar o perfil do comércio das Avenidas W3 e W2 Sul e analisar como é a utilização e a percepção dos gestores a respeito da Contabilidade nas micro e pequenas empresas.

1.3.2 *Objetivos específicos*

- Pesquisar a literatura pertinente, capaz de qualificar a importância das micro e pequenas empresas no contexto econômico no Distrito Federal;
- Expor a importância da informação oriunda da Contabilidade no processo de gestão das micro e pequenas empresas;
- Apresentar os problemas vividos pelos comerciantes das Avenidas W3 e W2 Sul;
- Analisar e tratar os dados coletados que servirão para responder a questão central da pesquisa.

1.4 Justificativa

Como apresentado anteriormente, no Distrito Federal há poucas empresas de grande porte. A maioria das organizações que fomentam a economia da região são as micro e pequenas empresas.

Entretanto, diferentemente do cenário global do DF, as MPEs situadas nas Avenidas W3 Sul e W2 Sul têm buscado alternativas para melhorar seu faturamento e, conseqüentemente, sua lucratividade. A avenida está em processo de revitalização há algum tempo e o Governo não tem dado a devida atenção, segundo os próprios comerciantes. Antigamente, essas mesmas empresas eram as principais referências econômicas de Brasília.

Portanto, diante da importância da W3 no contexto histórico, a qual se confunde com a história de Brasília e com o contexto econômico no Distrito Federal, a presente pesquisa tem por anseio verificar as principais características desse comércio. Por oportuno, vale ressaltar que até então, verifica-se escassez de trabalhos científicos a respeito da região.

Silva S.(2010) fez um estudo semelhante com as MPEs na grande João Pessoa em relação à utilidade da informação contábil na tomada decisão. No entanto, a pesquisa não adentrou no perfil do comércio em si e o autor sugeriu que se refizesse a sua pesquisa em outras regiões, a qual foi adotada em partes desta pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Micro e Pequenas Empresas

2.1.1 Classificação de micro e pequena empresa

Para Morelli (1994), o Brasil é um país conhecido por ter dimensões continentais. Todavia, embora o país seja grande e rico, não há distribuição de tecnologia e riqueza para todos, inclusive no que tange aos assuntos comerciais. Desta forma, fica inviável a adoção de um critério homogêneo do que seja uma micro e pequena empresa (MPE), visto que, uma empresa instalada em um polo comercial tradicional como - São Paulo, Rio de Janeiro ou Minas Gerais - pode apresentar diferentes características das MPEs situadas nos estados do nordeste e norte do país, por exemplo. Os fluxos tecnológicos, econômicos e financeiros são mais dinâmicos nos grandes polos comerciais brasileiros o que inviabiliza a adoção de um critério uno.

Silva S.(2010), Kassai (1997) e Ercolin (2007) afirmam que não existe um critério único que defina o que é micro e pequena empresa. Sua definição não é unânime entre as esferas governamentais, tampouco entre os órgãos de apoio e estudo como o SEBRAE e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE–. A classificação varia de acordo com quem analisa o segmento. Para a classificação de micro ou pequena empresa deverá se ponderar fatores qualitativos e quantitativos. Deste modo, surgem diversos tipos de enquadramento por parte dos bancos, governo, órgãos de apoio e estudo, entidade de classe, entre outros, conforme Quadro 1. Embora o legislador, nos últimos anos, tenha se preocupado com a definição e a classificação das microempresas e empresas de pequeno porte, constata-se que ela não é unanime, conforme abaixo:

QUADRO 1 – DEMONSTRATIVO DOS CRITÉRIOS OFICIAIS DE CLASSIFICAÇÃO DE MPME'S

ENTIDADE	CRITÉRIO
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa – SEBRAE	<u>Número de pessoas ocupadas:</u> a) Indústria Micro - Até 19 pessoas Pequena - de 20 a 99 pessoas Média - de 100 a 499 pessoas Grande -acima de 500 pessoas b) Comércio Micro - até 9 pessoas Pequena - de 10 a 49 pessoas Média - de 50 a 99 pessoas Grande - acima de 100 pessoas
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE	<u>Número de pessoas ocupadas:</u> Micro - Até 09 pessoas Pequena - de 10 a 49 pessoas Média - de 50 a 249 pessoas Grande - acima de 500 pessoas
Ministério do Trabalho e Emprego – TEM	<u>Número de pessoas ocupadas:</u> Micro - até 9 pessoas Pequena - de 10 a 99 pessoas Média - de 50 a 249 pessoas Grande - 250 ou mais pessoas
Governo Federal	<u>Receita Bruta anual:</u> Micro - até R\$360.000,00 anuais Pequena - de R\$360.000,00 até R\$3.600.000,00 anuais

Fonte: Kassai (1997) com adaptações

A Lei Complementar (LC) nº123/2006 com as suas respectivas alterações, ou “Lei Geral” da Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, foi um marco na definição do que seja uma ME e uma EPP. Todavia, o artigo 3º – artigo que explanava a respeito da classificação das MPEs – foi alterado pelos dispositivos da LC nº139 de 2011, onde classifica o que uma ME ou EPP pelos parâmetros fiscais da receita bruta, que na prática, em regra, é chamado de faturamento.

Assim, de acordo com os incisos I e II, artigo 3º, da LC nº 139/11, a classificação será:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

II - no caso da empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

Ercolin (2007) argumenta que ao se considerar número de pessoas como no caso do SEBRAE, IBGE e o Ministério do Trabalho e emprego (MET), a característica da empresa não é ponderada. Uma empresa com alto nível tecnológico, por exemplo, poderá ter um quadro de funcionários reduzido com alto fluxo comercial.

Kassai (1997) alerta que o fato de haver diversos critérios, acaba por prejudicar o setor. A falta de um único critério faz com que seja inviável a mensuração com precisão e a importância e a participação do setor na economia brasileira, mesmo sendo de suma importância.

2.1.2 Legislação da micro e pequena empresa no Brasil

A micro e pequena empresa tem uma importância significativa no cenário econômico e social brasileiro (SILVA S., 2010). De acordo com Maia e Almeida (2008) e Fabretti (2011) as experiências internacionais demonstraram que o auxílio a estes tipos de empresas, ajuda a fomentar o desenvolvimento econômico e, por conseguinte, a distribuição de renda.

Juridicamente, o termo “microempresa” é novo para o legislador brasileiro. Ele só apareceu a partir da Lei nº7.256, de 27 de novembro de 1984. Nessa lei, a figura do microempresário passou a ter mais benefícios, porém não foi tão expressivo nessas melhorias. (MAIA; ALMEIDA, 2008)

Entretanto, após o advento da Constituição Federal (CF), de 05 de outubro de 1988, houve um importante passo em relação aos assuntos jurídicos no âmbito das MPEs. O artigo 170 da CF/88 explana a respeito da ordem econômica e constitui seus princípios, entre os quais está o disposto em seu inciso IX que garante “tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede administração no país.”

Sendo assim, Fabretti (2011) diz que a Constituinte de 1988, sabendo das dificuldades impostas aos empresários, prescreveu uma legislação para auxiliar este segmento. Assim, cabe salientar o norteado pelo artigo 179 da CF.

“Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.”

Tendo como base os artigos 170 e 179 da Constituição Federal de 1988, com o passar do tempo o legislador passou a estabelecer novas leis que contemplaram as MPEs. Como apresentado no Quadro 2, a seguir:

QUADRO 2 - EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO QUE REGULAMENTA O SEGMENTO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

DISPOSITIVO	RESUMO
Lei nº9.317/96	Lei do Simples Federal, tratamento fiscal concedido às micro e pequenas empresas.
Lei nº9.841/99	Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispendo a respeito do tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido.
Decreto nº3.474/00	Regulamenta a lei °9.841/99, que institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e dá outras providências.
Lei Complementar nº123/06	Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
Lei Complementar nº139/11	Alterações posteriores da Lei Complementar 123/06

Fonte: Brasil

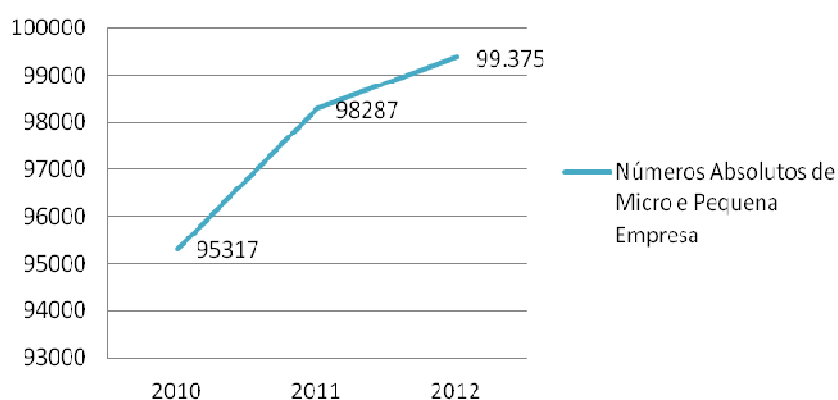
Aduz-se que tanto a Lei nº9.317/96 (Lei do Simples Federal), quanto a Lei nº 9.841/99 (Estatuto do Simples Federal) e seu Decreto 3.474/00 vigoraram até 30 de junho de 2007, quando entrou em vigor a LC nº123 de 2006. A partir de 01 de janeiro de 2012, a Lei Complementar 139/2011 alterou alguns dispositivos na LC nº123 de 2006.

De acordo com Maia e Almeida (2008), embora a Constituição Federal de 1988 tenha norteado a respeito das MPEs e seus dispositivos posteriores, foi a LC nº123/06 que mudou o cenário de fato. A excessiva carga tributária, até então, provocava o aumento da sonegação fiscal e da informalidade, o que acabou refletindo negativamente na economia brasileira.

2.1.3 Micro e pequena empresa no distrito federal

Segundo pesquisa realizada entre 2010 e 2013 pelo DIEESE em parceria com o SEBRAE o segmento mais forte do Distrito Federal são as micro e pequenas empresas. Elas representam 98,6% de todas as empresas do Distrito Federal. Ainda, segundo a mesma pesquisa, houve um aumento, em números absolutos, da quantidade de micro e pequenas empresas no DF.

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DAS MPES NO DISTRITO FEDERAL



Fonte: SEBRAE/DIEESE (2011 a 2013)

No Distrito Federal, a Lei nº4.611/ 11 regulamenta o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual em consonância com a LC nº123/06.

A Lei nº4.611/11 auxiliou os empresários do Distrito Federal, visto que, seus maiores benefícios, de acordo com a Secretaria de Estado da Micro e Pequena Empresa e Economia Solidária (SEMPES), são:

- Desburocratização para registro e autorização de funcionamento – Criação de um cadastro único, a fim de evitar dificuldades tanto na hora de abrir quanto na hora de fechar o estabelecimento;
- Tratamento favorecido e diferenciado nas licitações públicas – O governo deverá aplicar no mínimo 10% e no máximo 25%, do gasto público (contratações, aquisição de bens, serviços e obras de natureza divisíveis) deverão ser destinados às pequenas empresas;
- Tratamento preferencial e simplificado nas licitações públicas – As licitações deverão dar tratamento diferenciado nas licitações as MPES;

- Inovação tecnológica e apoio à inovação – O governo do Distrito Federal fornecerá programas de incentivo tecnológico;
- Alvará de funcionamento provisório – Os órgãos do Distrito Federal emitirão alvará de funcionamento provisório, exceto nos casos em que houver atividades de alto risco.

2.2 A Contabilidade e a Micro e Pequena Empresa

Iudícibus e Marion (2008) explanam que o objetivo da Contabilidade é fornecer informação estruturada de natureza financeira, física, econômica, aos usuários internos e externos à entidade objeto da Contabilidade.

Para Marion (2003), dentro de uma empresa, constantemente os gestores tomam decisões que afetam o futuro e o sucesso da empresa. Diante disso, a Contabilidade cumpre uma importante função nesse processo, fornecendo subsídios aos gestores no processo decisório. Decisões como, por exemplo, a forma que a empresa irá se financiar, quanto deverá ser comprado de estoque, quanto a empresa deverá provisionar, entre outros assuntos. Marion (2003, p. 23) afirma que a Contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios.

2.2.1 Contabilidade Gerencial

Segundo Iudícibus (2009), a Contabilidade Gerencial está voltada exclusivamente para a administração da empresa. As informações gerenciais deverão suprir as necessidades dos gestores. Vale ressaltar que os dados utilizados serão alocados ao molde da empresa, não havendo uma Contabilidade padronizada, mas o que for mais válido e que traga as melhores informações ao gestor.

Por sua vez, Garrison, Norren e Brewer (2007), afirmam que a contabilidade gerencial está focada nas necessidades dos gerentes e não às do público externo. As demonstrações contábeis elaboradas visam atender as necessidades dos administradores da própria organização.

Garrison, Norren e Brewer (2007), acrescentam que toda organização possui administradores, não importa se grande ou pequena. Alguém deverá ser responsável pelo seu planejamento. Diante disso, a Contabilidade Gerencial tem uma importante função, visto que ela tem por característica dar ênfase no futuro e no planejamento. Assim, mesmo não sendo um aspecto obrigatório junto aos usuários externos, a Contabilidade gerencial é de extrema importância para a sobrevivência das empresas.

Entretanto, de acordo com Stoeher e Freitas (2008) os empresários das pequenas empresas têm dificuldades na adoção da Contabilidade na gestão e no processo decisório. Marion (2003, p.25) conclui que: “[...] em nosso país, em alguns segmentos da nossa economia, principalmente na pequena empresa, a função do contador foi distorcida (infelizmente), estando voltada exclusivamente para satisfazer as exigências do fisco”.

Segundo pesquisa realizada por Miranda et al. (2008), os administradores atribuem a função dos contadores apenas como um mero provedor de assuntos fiscais. Ainda de acordo com seu levantamento, 63,7% dos administradores fazem o processamento das informações financeiras individualmente, sem quaisquer ajuda de contadores. O autor ainda conclui que 36% dos gestores não vêm os contadores para outra atividade a não ser para cumprir as exigências do fisco.

Por sua vez, Bavaresco e Gaspareto (2009) constataram que a maioria dos gestores das MPEs utilizam instrumentos rústicos na gestão financeira, sem a integração com a Contabilidade. Embora utilizem algumas técnicas utilizadas na Contabilidade gerencial, os controles que exercem para controlar as empresas são simplórios. Cabendo apenas ao contador a função fiscal e burocrática.

Resnik (1991) diz que os proprietários das micro e pequenas empresas não se sentem à vontade com os dados contábeis, devido a dificuldade na interpretação do relatórios contábeis. Geralmente, no que tange à Contabilidade, o gestor se interessa apenas pela quantidade de vendas e pelo lucro líquido.

2.2.2 Contabilidade na tomada de decisão

De acordo com Marion (2003), a função básica da Contabilidade é produzir informações úteis aos usuários das suas demonstrações para a tomada de decisão. Um administrador depara-se constantemente com dúvidas a respeito da empresa, se é melhor captar recursos junto aos sócios ou com alguma instituição financeira, por exemplo. Assim, para que o gestor possa tomar a melhor decisão financeira para empresa, ele necessitará dos dados contábeis fidedignos.

De forma geral, as decisões financeiras que os gestores tomam, são baseadas na comparação entre o risco e retorno advindos dos relatórios contábeis. Assaf Neto e Silva (2012, p.34) afirmam que: “o conflito básico da administração financeira resume-se no conhecido dilema risco x retorno”. Além disso, segundo os mesmos autores, a falta de uma boa gestão financeira, aumentará o risco de insolvência das empresas.

Segundo Miranda et al. (2010), embora a contabilidade seja um importante instrumento para tomada de decisão, uma parcela significativa dos administradores têm dificuldades na interpretação dos dados contábeis. Desta forma, os administradores de pequenas empresas, de acordo com Cia e Smith (2001), utilizam a improvisação e a intuição para tomar as decisões financeiras da empresa, o que acaba aumentando risco de falência.

Iudícibus e Marion (2008, p.42) concluem que no cenário brasileiro “observa-se com certa frequência que várias empresas, principalmente as pequenas, têm falido ou enfrentam sérios problemas de sobrevivência”. Também, de acordo com os mesmos, apesar da burocracia e das cargas tributárias, os empresários, principalmente os pequenos, têm dificuldades na gestão devido à falta de respaldo com dados contábeis confiáveis. Os autores creem que isso ocorre devido ao que ao fato da Contabilidade utilizada ser irreal e distorcida, sendo elaborada apenas para atender as exigências do fisco.

Stoehler e Freitas (2008) argumentam que para que se tenha relevância os dados contábeis na tomada de decisão das pequenas empresas é necessário que haja adaptações na Contabilidade. Os dados contábeis deverão respeitar as especificidades das pequenas empresas, demonstrando de forma clara e contextualizada as suas demonstrações para melhor compreensão dos empresários na tomada de decisão.

2.2.3 Exigências contábeis na micro e pequena empresa

Para Stoehler e Freitas (2008), a Contabilidade fiscal é o segmento com maior ênfase para os empresários das micro e pequenas empresas. Tal fato ocorre por conta da política fiscal brasileira. O excessivo custo da carga tributária, somado à burocracia tributária acaba por pesar mais nas pequenas empresas. Diante disso, os empresários demandam mais aos profissionais contábeis, que por sua vez, ofertam mais serviços para este segmento.

O artigo nº 1.179 do Código Civil (CC) brasileiro exige que o empresário e a sociedade empresária sigam um sistema contábil, com base na escrituração uniforme de seus livros. Para Fabretti (2011) essa escrituração deve nortear os documentos hábeis que lhe servem de suporte legal e que comprovem o fato econômico registrado na escrituração

Desta forma, as normas contábeis são aplicadas também para as micro e pequenas empresas. A Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) n.º 1.418/12 disserta a respeito da micro e pequena empresa e os métodos contábeis a serem adotados nelas, diz que as MPes que não optarem por essa Resolução, deverão continuar a adotar a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) 1000 ou as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Gerais

completas, quando aplicável. Além disso, segundo a mesma Resolução, a MPE deverá elaborar o balanço patrimonial e as notas explicativas. O conjunto completo das demonstrações contábeis, apesar de não serem obrigatórios, é desejável pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Por oportuno, vale ressaltar que a Resolução CFC nº1.255/09, em consonância com os pronunciamentos do *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu um pronunciamento que se destina para a utilização por pequenas e médias empresas (PMEs), no qual descreve as pequenas e médias como entidades em que:

- Não há obrigação pública de prestação de contas;
- Elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos.

Em face da dificuldade dos empresários com a Contabilidade das EPPs e das MEs o legislador adotou uma forma de “Contabilidade simplificada” (SILVA S., 2010). A lei Complementar nº123/06 -

Art. 27. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão, opcionalmente, adotar Contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, conforme regulamentação do Comitê Gestor.

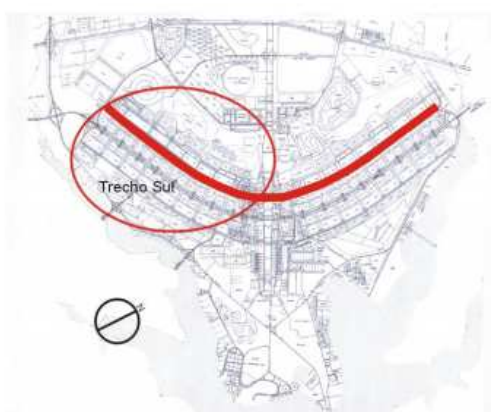
Seguindo a mesma perspectiva no auxílio aos empresários, o legislador versou a respeito do assunto fiscal, ao instituir o artigo nº12 da LC nº 123/2006 que cria o Regime Especial de Arrecadação de Tributos e contribuições derivadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES). Nesse regime, Maia e Almeida (2008) afirmam que o empresário passou a recolher mensalmente, mediante documento único, todos os impostos federais, estaduais e municipais nos quais lhe é cobrado.

2.2 Avenida W3/W2

De acordo com Brandão (2008), a Avenida W3 tem como característica atravessar o Plano Piloto de Brasília de forma longitudinal no sentido norte e sul, ela ocupa a terceira avenida paralela ao eixo rodoviário, sua extensão chega a 12 Km. Sendo possível notar grandes diferenças na sua configuração, principalmente entre os trechos norte e sul.

2.3.1 Aspectos da avenida W3/W2 Sul

Figura 1 – Situação das Avenidas W3/W2 Sul no Plano Piloto



Fonte: Brandão (2008)

Conforme a forma que foram criadas as quadras de Brasília em seu projeto urbanístico, as Avenidas W3 e W2 sul, no início das atividades comerciais em Brasília, passaram a ser o foco da cidade. Os eventos culturais e as manifestações estudantis ocorriam rotineiramente. Para Costa e Lima (1985, p. 57 apud BRANDÃO, 2008, p.7): “Como a ocupação residencial começou no meio da Asa Sul (casas geminadas e primeiras superquadras) e prosseguiu ao longo do tempo descontínua. Na primeira fase, a W3 foi o ‘centro’ da cidade pequena que Brasília ainda era”.

Brandão (2008) argumenta que os comércios das quadras 500 - comércio que fica à margem das Avenidas da W3 e W2 sul - eram os que atendiam os moradores de Brasília. Entretanto, a partir dos anos 80 e 90 com a criação dos *shoppings Centers*, o foco comercial foi diminuindo drasticamente. Os *shoppings*, além de serem inovadores para os moradores da cidade, proporcionavam maior gama de produtos, segurança e facilidade em estacionar.

Calvacanti (2006) expõe que rapidamente a W3 Sul transformou-se na principal rua de comércio da cidade, concentrando agências bancárias, correios, telefônica [...], restaurantes, cinema etc. — papel que só decaiu com o surgimento dos primeiros *shoppings*.

Para Lins (2013), na contramão da maioria dos comércios de Brasília, os empresários dessa região enfrentam a decadência da via, tendo dificuldades para manter o comércio aberto. Recentemente, o fluxo comercial diminuiu a cada ano. Encontra-se um efeito cascata da evasão comercial para outras regiões de Brasília.

Percebe-se que o comércio das quadras 500, popularmente conhecido com o comércio da W3 ou W2, passa por uma série de problemas estruturais, comerciais e financeiros, de acordo com pesquisa do Sindivarejista (2014), apontando que, atualmente, há 114 lojas fechadas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para Filho e Santos (2002), quando o pesquisador define um assunto a ser analisado, deve-se definir o roteiro a ser seguido, isto é, quais elementos serão utilizados para que o objetivo seja concluído. A forma de como o pesquisador usará os recursos disponíveis, a apresentação dos objetivos e o método do pesquisador para atingir o resultado aguardado denomina-se metodologia.

De acordo com Alves (2007, p.61), considera-se a metodologia um instrumento do pesquisador, uma vez que através da especificação dos caminhos a serem adotados que se torna possível delimitar e definir o como, onde, com quem, quanto e de que maneira se pretende captar a realidade e seus fenômenos.

3.1 Tipologia da Pesquisa

3.1.1 Quanto ao objetivo da pesquisa

O objetivo geral deste estudo é verificar o perfil do comércio das Avenidas W3 e W2 Sul e analisar com é a utilização e a percepção dos gestores a respeito da Contabilidade nas micro e pequenas empresas.

De acordo com Gil (2002) a pesquisa é classificada como uma pesquisa descritiva. Gil (2002 p.42) argumenta que: “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Severino (2007) diz que a pesquisa descritiva tem como característica básica, além de registrar e analisar os fenômenos estudados, ela busca investigar as suas causas. Para Alves (2007), a pesquisa descritiva tem por característica quando o pesquisado faz uso de entrevista e da observação, e como recurso, os questionários e/ou formulários, para descrever as características de uma população.

3.1.2 Quanto às técnicas da pesquisa.

O presente estudo adotou as técnicas de levantamento de campo e pesquisa bibliográfica.

O procedimento bibliográfico tem com norte acrescentar com o que já fora pesquisado e publicado nos livros, revistas, documentos, estudos em modo geral (SILVA S., 2010).

Para Fachin (2006, p.119, apud SILVA S., 2010, p.60), a pesquisa bibliográfica é, por excelência, uma fonte inesgotável de informações, pois auxilia na atividade intelectual e contribui para o conhecimento cultural em todas as formas de saber.

Beuren et al. (2006) norteia que a pesquisa bibliográfica elucidada um problema por meio de referências teóricas já publicadas em documentos. Busca-se conhecer e analisar contribuições científicas do passado existentes a respeito de um determinado assunto.

No que tange ao levantamento, Gil (2002) acentua que é a pesquisa onde há indagações diretas das pessoas cujo comportamento deseja-se conhecer. Ainda, segundo Gil (2002, p.50), quando houver solicitações de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise qualitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados.

3.1.3 Quanto ao método de abordagem

Beuren et al. (2006) afirma que quando os resultados da pesquisa são apresentados por meio de números e tratamentos estatísticos fazem parte do método quantitativo.

Para Creswell (2007), a pesquisa quantitativa é quando o pesquisador utiliza-se da relação pós-positiva para a construção do conhecimento (isto é, uso de mensuração e observação, levantamento de hipótese e raciocínio de causa e efeito), por meio de estratégias de investigação (levantamentos, questionário e coleta de dados). O autor acrescenta que a pesquisa qualitativa é uma pesquisa interpretativa, nela, geralmente o pesquisador deverá se envolver com os participantes, visto que sua análise passará também por detalhes interpretativos. Os dados deverão ser coletados por meio de observações, entrevistas desestruturadas e documentos.

Diante disso, Duarte (2014) diz que a pesquisa se norteará pelos métodos: pesquisa descritiva; levantamento de campo; pesquisa bibliográfica e pesquisa quantitativa, dado que ambos os métodos não são excludentes, ao contrário, apenas se diferenciam por apresentarem funções específicas.

3.2 Universo e Amostra da Pesquisa

3.2.1 Universo da pesquisa

O universo desta pesquisa são todos os comerciantes das quadras 502 a 516, das Avenidas W2/W3 Sul, sendo todos situados no térreo. Portanto, compreende-se que houve a exclusão dos comércios que atendem exclusivamente pelo subsolo ou por lojas situadas no primeiro andar ou demais. Tal exclusão ocorreu por motivos de segurança do entrevistador. Além disso, foram excluídas desta população todas as instituições financeiras, sindicatos, conselhos de classe, templos religiosos, supermercados, bancas de revista, instituições da administração pública e empresas não consideradas MPEs.

3.2.2 Amostra

Beuren et al. (2006) argumentam que no campo de Ciências Sociais, como é o caso de Ciências Contábeis, normalmente depara-se com um universo de elementos consideravelmente extenso. O que acaba sendo inviável a mensuração de todos os elementos. Diante disso, a pesquisa poderá identificar o comportamento da população por meio do estudo amostral. Ou seja, uma parte da amostra representa o universo.

Gil (2002) argumenta que uma pesquisa não probabilística por conveniência é definida quando o pesquisador tem maior facilidade de acesso aos dados, admitindo-se que esses dados possam representar de maneira adequada a população. Diante da facilidade de acesso aos dados, seja pela logística do local, o presente estudo adotou a amostra não probabilística por conveniência.

Partindo da premissa que a W3/W2 Sul é uma área comercial e do conceito do SEBRAE em relação à definição de MPE, onde se considera micro empresa, àquelas com até nove empregados, e pequena empresa, àquelas que possuem de 10 a 49 empregados. Toda a amostra coletada é composta por micro e pequenas empresas no âmbito comercial. O estudo utiliza-se de 194 entrevistas válidas – questionários respondidos pelo gestor ou responsável pela empresa; e 117 entrevistas não válidas – não respondidos devido à ausência do gestor ou responsável no momento da entrevista, conforme demonstrado no Quadro2.

Quadro 2 – Entrevistas realizadas e não realizadas

QUADRAS	ENTREVISTAS REALIZADAS	ENTREVISTAS NÃO REALIZADAS
516	9	7
515	8	5
514	20	9
513	11	12
512	14	5

511	16	8
510	20	8
509	20	10
508	8	8
507	8	10
506	17	7
505	15	6
504	7	7
503	8	5
502	10	10
TOTAL	194	117

Fonte: Elaboração própria

3.3 Instrumento de Coleta de Dados

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista, sendo essa estruturada e semi estruturada. A entrevista foi realizada entre os dias 06/01/2014 e 24/03/2014. Segundo Beuren (2002, p.131), a entrevista é a técnica de obtenção de informações em que o investigador apresenta-se pessoalmente à população selecionada e formula perguntas, com o objetivo de obter dados necessários para responder à questão estudada.

Para atender melhor o objetivo da pesquisa, a entrevista conteve os seguintes questionamentos:

- Local de atendimento – entrada principal;
- Ramo da empresa;
- Tempo de atuação no estabelecimento comercial;
- Quantidade de funcionários;
- Quanto à utilização de métodos contábeis para tomada de decisão e qual seria;
- Desejo de expandir o negócio e em qual localidade;
- Quais as vantagens de estar no ponto comercial;
- Quais as desvantagens de estar no ponto comercial.

3.4 Análise Estatística

Os dados obtidos por meio das entrevistas foram analisados e tratados por meio da estatística descritiva. O programa utilizado foi o Excell®

3.4.1 Estatística descritiva

Conforme Beuren et al. (2006), a análise descritiva tem por característica investigar o que é, ou seja, em descobrir as características de um fenômeno. Para tanto, utiliza-se de técnicas estatísticas como cálculo percentual, desvio padrão, média. Ao utilizar tais técnicas, cabe ao pesquisador analisar os dados de forma a dar suporte às inferências técnicas. Desta forma, a pesquisa investigará o perfil do comércio e seus aspectos contábeis das Avenidas W3/W2 sul por meio da estatística descritiva.

4. RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÃO

Nesta seção serão apresentados os dados obtidos na pesquisa, submetidos à organização do ponto de vista da estatística descritiva.

2.3 Análise das Micro e Pequenas Empresa na W3/W2 Sul

Apresentam-se, a seguir, por meio de gráficos e tabelas, os dados levantados nas entrevistas.

2.3.1 Ramo empresarial

Ao se analisar a tabela 1, infere-se uma predominância de empresas atuantes no ramo automotivo. O ramo detém 19% de participação em todo o comércio, correspondendo a 37 estabelecimentos. Por oportuno, vale ressaltar que as empresas do segmento 'Móveis e Construção' detêm 15% de participação no comércio, sendo o segundo maior ramo de atuação da região.

Nota-se que há uma considerável diversificação dos estabelecimentos, uma vez que

8% das empresas atuam em segmentos distintos dos demais, conforme indicado no campo 'Outros' da tabela 1.

Tabela 1 – Ramos de empresa situados nas Avenidas W3 e W2 Sul

RAMO DE ATIVIDADE	QUANTIDADE	%
AUTOMOTIVO	37	19%
MÓVEIS E CONSTRUÇÃO	30	15%
VESTUÁRIO	26	13%
ALIMENTÍCIO	23	12%
BELEZA E COSMÉTICOS	16	8%
SAÚDE E BEM ESTAR	14	7%
TECNOLOGIA	12	6%
EDUCACIONAL	8	4%
UTENSÍLIOS DO LAR	7	4%
AGROPECUÁRIA E ANIMAL	6	3%
OUTROS	15	8%
TOTAL	194	100%

Fonte: Elaboração própria

Em análise à tabela 2, constata-se que 70% das oficinas atendem exclusivamente pela W2 Sul. Tal dado demonstra que as avenidas ainda matem os traços do primeiro plano urbanístico de Brasília. Segundo Brandão (2008), no projeto inicial de Brasília, as oficinas seriam instaladas nas faixas das Quadras 500, com a frente voltada à Avenida W2 Sul.

Segundo Costa (1957), ao fundo das quadras estende-se a via de serviço para o tráfego de caminhões, destinando-se ao longo dela a frente oposta às quadras, à instalação de garagens, oficinas, depósitos do comércio em grosso etc.

Tabela 2 – Local de atendimento aos clientes – Entrada principal

LOCAL DE ATENDIMENTO	QUANTIDADE	%
W2 SUL	26	70%
W3 SUL	2	5%
W3/W2 SUL (Loja vazada)	9	24%

Fonte: Elaboração própria

2.3.2 Predominância de segmento por quadra

Ao se analisar a tabela 3, verificou-se que a partir da quadra 516 Sul até a quadra 509 Sul, encontra-se um predomínio de um mesmo segmento econômico em relação aos outros da mesma quadra. A média encontrada neste intervalo foi de 48%, com desvio padrão de 14%. O maior conglomerado econômico está localizado na quadra 514 Sul, onde a proporção encontrada corresponde a 65% de predominância em um segmento. Nas outras quadras que

não foram relacionadas abaixo, não foram encontrados níveis significativos de predominância.

Tabela 3 – Predominância de um mesmo segmento na mesma quadra

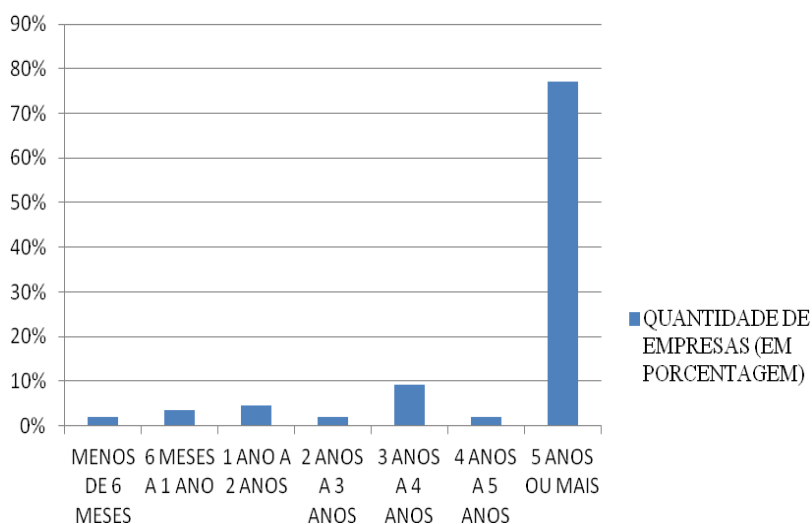
QUADRA	PREDOMINÂNCIA DE UM SEGMENTO	REPRESENTATIVIDADE EM RELAÇÃO AOS OUTROS COMÉRCIOS DA MESMA QUADRA
516	SAÚDE E BEM ESTAR	33%
515	AUTOMOTIVO	50%
514	AUTOMOTIVO	65%
513	AUTOMOTIVO	25%
512	MOVEIS E CONSTRUÇÃO	60%
511	MOVEIS E CONSTRUÇÃO	53%
510	VESTUÁRIO	40%
509	VESTUÁRIO	40%

Fonte: Elaboração própria

2.3.3 Tempo de existência da MPE

De acordo com gráfico 1, infere-se que o comércio situado nesta região é de baixa rotatividade. O fluxo de novas empresas para este setor é baixo. A ampla maioria dos comerciantes que se estabelecem nesta região tem cinco anos ou mais de existência, representando 77% de todo o comércio.

Gráfico 1 – Tempo de existência das MPEs



Fonte: Elaboração própria

2.3.4 Expansão comercial

Ao analisar a tabela 4, verifica-se que 68 comerciantes desejam expandir o negócio, representando 35% de toda amostra. Por sua vez, infere-se ainda que os empresários têm por desejo expandir o comércio para a Asa Norte – eixo oposto às Avenidas W2/W3 Sul - representado por 28% do total.

Vale ressaltar que a cidade satélite de Taguatinga, foi a escolhida por 15 comerciantes, correspondendo a 22% do total, para expansão do negócio.

Por sua vez, percebe-se que mesmo diante das dificuldades apresentadas nas avenidas W3/W2 Sul, 6% ainda abriam um novo ponto comercial nas avenidas W3/W2 Sul.

Tabela 4 – Locais que os empresários desejam expandir.

LOCAIS QUE DESEJAM EXPANDIR O COMÉRCIO	QUANTIDADE	%
ASA NORTE	19	28%
TAGUATINGA	15	22%
NÃO QUIS OU NÃO SOUBE INFORMAR	10	15%
AGUAS CLARAS	5	7%
ASA SUL (W3/W2 SUL)	4	6%
ASA SUL	3	4%
OUTROS ESTADOS	3	4%
GAMA	2	3%
SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	2	3%
CEILÂNDIA	1	1%
LAGO SUL	1	1%
NOROESTE	1	1%
NUCLEO BANDEIRANTE	1	1%
SOBRADINHO	1	1%
TOTAL	68	100%

Fonte: Elaboração própria

4.1.4 Microempresa Versus Empresa de pequeno porte

Percebe-se na tabela 5 que dos 194 comerciantes entrevistados, 77% são classificados em microempresa, segundo critério adotado pelo IBGE e SEBRAE. Tal resultado difere do perfil dos comerciantes do Distrito Federal, incluindo cidades satélites e do entorno (DIEESE/SEBRAE, 2013), onde a proporção é de 91,4% microempresas e 7,2% empresas de pequeno porte.

Tabela 5 – Microempresa e empresa de pequeno porte

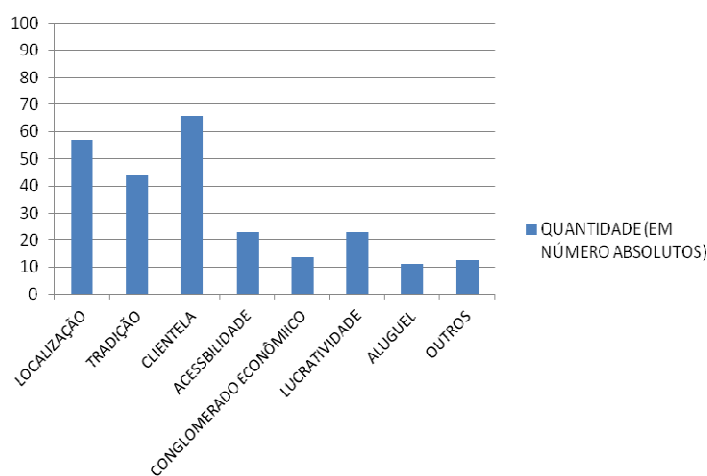
QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIO	CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE	%
Até 9 pessoas	Microempresa	149	77%
De 10 a 49 pessoas	Empresa de pequeno porte	45	23%

Fonte: Elaboração própria

2.3.5 Pontos positivos segundo os gestores

Indagou-se aos gestores das MPEs quais seriam as vantagens de terem um ponto comercial nessa região. De acordo com a gráfico 2, os gestores visualizam que o maior ponto positivo é ter uma clientela . Foram coletadas 251 características positivas visualizadas pelos gestores, das quais 66 (26%) atribuíram a fator de ter uma clientela antiga. Tal inferência corrobora com o levantamento feito no gráfico, onde demonstra-se que o comércio da região é antigo.

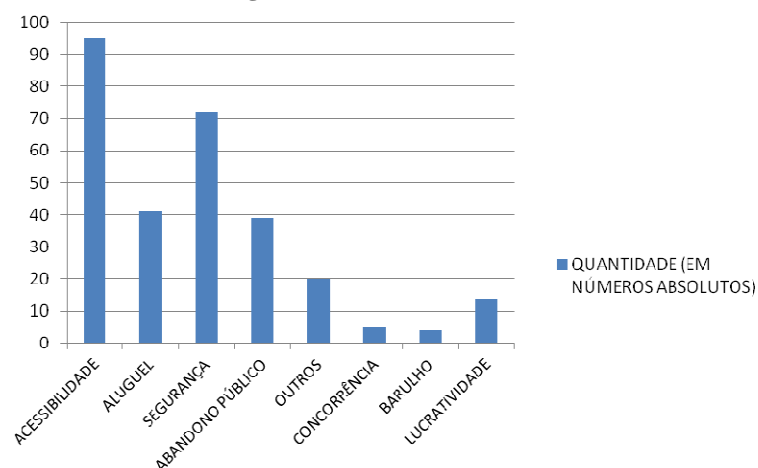
Gráfico 2 - Vantagens das Avenidas W3/W2 Sul.



Fonte: Elaboração própria

2.3.6 Desvantagens que os gestores visualizam

Questionou-se aos gestores das MPEs quais seriam os pontos negativos de terem um ponto comercial nessa região. De acordo com o gráfico 3, os gestores acreditam que o maior ponto negativo é acessibilidade ao comércio. Foram coletadas 290 características negativas, das quais 95 (33%) atribuíram ao fator da acessibilidade ao comércio. Segundo levantamento feito por Cassiano (2014), um dos maiores motivos que os comerciantes reclamam é falta de acessibilidade e a segurança.

Gráfico 3 - Desvantagem das Avenidas W3/W2 Sul.

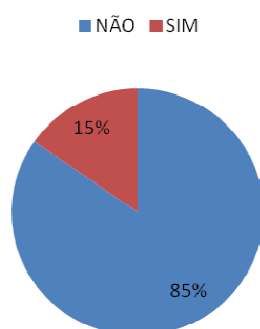
Fonte: Elaboração própria

4.2 Análise do uso da contabilidade pelos comerciantes

4.2.1 Utilização da contabilidade para tomada decisão.

Foi questionado aos gestores se os mesmos utilizam a contabilidade como instrumento na tomada de decisão. Os gestores que atribuíram à contabilidade fiscal exclusivamente a competência no auxílio do processo decisório foram classificados como se não utilizassem tal instrumento, visto que, conforme exposto no referencial teórico, além de ser obrigatório no código civil, esses empresários acreditam que a função da contabilidade é a de mera provedora de assuntos tributários e burocráticos.

Portanto, ao se considerar os outros métodos contábeis utilizados no processo decisório, conclui-se, com o gráfico 4, que apenas 15% dos comerciantes fazem uso da Contabilidade na toma de decisão, enquanto 85% não.

Gráfico 4 - Utilização da Contabilidade na tomada de decisão

Fonte: Elaboração própria

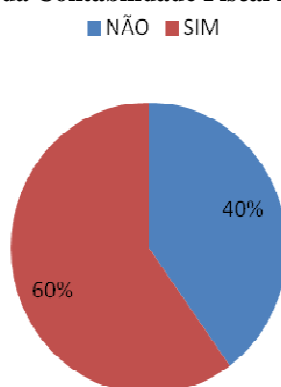
Os dois setores que mais utilizam a Contabilidade na tomada de decisão são os ramos de agropecuária/animal e de utensílios do lar, com a proporção respectivamente de 33% e 57%. Na outra ponta, constatou-se que os ramos alimentícios e de beleza/cosméticos são os que menos utilizam. Na amostra coletada, nenhum gestor ou proprietário do ramo de beleza e cosmético afirmou que utiliza a contabilidade no processo decisório. Já no ramo alimentício, a proporção ficou em 9%.

4.2.1.1 Atribuição da Contabilidade fiscal como instrumento na tomada de decisão

Conforme exposto no tópico anterior, verificou-se que a ampla maioria dos empresários acreditam que a Contabilidade Tributária é único instrumento no auxílio da tomada de decisão. Os resultados apresentados corroboram-se aos levantamentos de Miranda et al. (2008) e Stoeher e Freitas (2008), no que concerne ao fato de, geralmente, os proprietários das microempresas e empresas de pequeno porte vinculam a Contabilidade fiscal como único instrumento a ser utilizado.

Infere-se no gráfico 5 que 60% acreditam que a Contabilidade Fiscal é o único instrumento no processo decisório, enquanto 40% adota outros métodos contábeis, seja por serviços contábeis prestados ou por outros meios, rústicos ou não.

Gráfico 5 – Atribuição da Contabilidade Fiscal no auxílio ao processo decisório.



Fonte: Elaboração própria.

4.2.1.2 Métodos contábeis utilizados

Foi indagado aos gestores qual era o método contábil adotado na gestão financeira. De acordo com a tabela 6, o método mais utilizado é a análise do resultado do exercício, sendo citado por 5 (18%) comerciantes como forma para tomar as decisões na empresa.

Tabela 6 – Métodos Contábeis utilizados

UTILIZAÇÃO DA CONTABILIDADE	QUANTIDADE	%
ANÁLISE DE RESULTADO	5	18%
CONTROLE DE FATURAMENTO	3	11%
GESTÃO CUSTO DE PESSOAL	3	11%
ANÁLISE DE FLUXO DE CAIXA	3	11%
ANÁLISE DE BALANÇO	3	11%
CONTROLE DE ESTOQUE	3	11%
CONTABILIDADE GERAL	2	7%
INFORMAÇÕES GERENCIAIS	2	7%
PRECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	1	4%
CONCESSÃO DE CRÉDITO	1	4%
OUTROS	2	7%
TOTAL	28	100%

Fonte: Elaboração própria, 2014.

4.2.2. Benefícios da utilização da Contabilidade

Conforme a tabela 7, os empresários que utilizam a Contabilidade na tomada na decisão tendem a expandir mais o comércio. A proporção levantada aponta que os gestores que utilizam métodos contábeis no processo decisório, além dos assuntos fiscais e burocráticos, desejam expandir mais os negócios do que os que não utilizam. A relação encontrada demonstra que a proporção de quem utiliza a Contabilidade na tomada decisão em relação à expansão dos negócios é de 52%, já os comerciantes que não utilizam a proporção correspondem a 29%.

Tabela 7 – Expansão comercial mediante ao uso ou não da Contabilidade.

UTILIZA A CONTABILIDADE NA TOMADA DE DECISÃO	DESEJA EXPANDIR OS NEGÓCIOS (EM PORCENTAGEM)
SIM	52%
NÃO	29%

Fonte: Elaboração própria, 2014.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou o perfil das empresas situadas nas Avenidas W3 e W2 sul e a utilização da Contabilidade. Adotou-se a metodologia de caráter descritiva para evidenciar de maneira mais fidedigna quais são as características principais do comércio.

A pesquisa teve a intenção de mensurar com o uso de estatística descritiva os fatores do comércio em si, além de verificar as características da sua gestão e a utilização da Contabilidade. Paralelamente aos sucesso das microempresas no DF (SEBRAE/DIEESE,

2013), constata-se cada vez mais nos noticiários a decadência da W3/W2 Sul. Diante disso, a pesquisa corroborou com os levantamentos feitos até então, e verificou-se que o comércio, tido com um dos mais importantes de Brasília antigamente, necessita se revitalizar tanto no sentido estrutural, quanto na sua gestão financeira para voltar a ser referência.

Não se pode afirmar que a falência do comércio na W3/W2 Sul seja exclusivamente da má gestão financeira, tampouco pode se atribuir a má utilização da Contabilidade na tomada de decisão. Todavia, esses fatores são extremamente relevantes para sobrevivência do comércio. O fato de apenas 15% dos comerciantes utilizarem a Contabilidade no processo decisório é preocupante. Para Resnik (1991, p.136), uma das principais causas dos desastres com pequenas empresa é não manter os registros e controles contábeis apropriados.

Por sua vez, Stoeher e Freitas (2008) afirmam que, para que exista mais utilização da Contabilidade Gerencial por parte dos proprietários das microempresas e pequenas empresas, os contadores deveriam adotar um processo de simplificação, respeitando as características singulares do negócio.

Tendo em vista o que já se discorreu até então, a pesquisa concluiu que tanto os gestores, quanto os problemas sociais (segurança) e estruturais (acessibilidade, estrutura física, logística) deverão passar por um processo de reforma e modernização. Sugere-se um trabalho em parceria com o governo do Distrito Federal junto ao SEBRAE, onde se possa revitalizar a estrutura do comércio e, também possa haver um auxílio na gestão financeira da MPEs situadas no comércio.

No tocante as limitações, há pouco dados científicos a respeito dos comércios das W3/W2 Sul. Além disso, não foram encontrados dados oficiais mais específicos em relação ao comércio, apenas em sindicatos e jornais.

Outra limitação constatada vincula-se ao fato de ter sido uma entrevista junto aos comerciantes, situação onde é possível que tenham sido fornecidos dados espontaneamente e sem fundamentação ao pesquisador, além disso, constatou-se que os empresários desta região são céticos em relação às pesquisas, chegando até serem rudes; dessa forma houve dificuldades na coleta de alguns dados.

No que tange a recomendações, é possível a realização de novas pesquisas em outros pontos comerciais em Brasília, tais como Taguatinga, Ceilândia, Asa Norte. Outra pesquisa que poderia acrescentar o meio científico, seria a replicação desta pesquisa no comércio da

W3/W2 Norte e verificar quais são as diferenças constatadas. Por último, recomenda-se ainda que seja reaplicada esta pesquisa com toda população da W3/W2 Sul.

Por fim, espera-se que a pesquisa tenha atingido todos os seus objetivos e que a mesma seja relevante para meio acadêmico. Assim, deseja-se ainda que a pesquisa seja impactante para a revitalização geral dessas avenidas tão querida pelos brasilienses e que ela possa ser chamada novamente de “avenida mais pomposa” de Brasília como era chamada antigamente, conforme Lins (2013) afirmou.

REFERÊNCIAS

ALVES, Magda. **Como Escrever Teses e Monografia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BAVARESCO, Thaisy Piazero Fanni; GASPARETTO, Valdirene. Informações contábeis na tomada de decisão de micro e pequenas empresas: um estudo nas empresas catarinenses finalistas do Prêmio Talentos Empreendedores. In: XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS – Fortaleza - Ceará, Brasil. **Anais...** 03 a 05 de novembro de 2009.

BEUREN, Ilse Maria et al. (org). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos Em Contabilidade: teoria e prática**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRANDÃO, Verona Bonna. W3 Sul, ontem, hoje e amanhã – os dilemas de uma avenida modernista. In: XIII SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL – Rio de Janeiro, Brasil. 2009.

BRASIL. **Código Civil**. Lei 1.179, de 10 de janeiro. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2013

_____. **Constituição (1988)**: Constituição da República Federativa do Brasil. Edição administrativa atualizada em junho de 2013 (Contém a Emenda Constitucional n.73). Brasília: Senado Federal:2013.

_____. **Decreto nº 3.474, 19 de maio de 2010**. Dispõe sobre o estatuto da micro e pequena empresa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3474.htm>. Acesso em 27 mai. 2014

_____. **Lei nº 9.317, 05 de dezembro de 1996**, . Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e empresas de pequeno porte. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis/ant2001/lei931796.htm>>. Acesso em 27 mai. 2014

_____. **Lei nº 9.841, 05 de outubro 1999**. Dispõe sobre o Estatuto da Micro e Pequena empresa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19841.htm>. Acesso em 27 mai. 2014.

_____. **Lei Complementar nº 123, 14 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LeisComplementares/2006/leicp123.htm>>. Acesso em 27 mai. 2014.

_____. **Lei Complementar nº 139, 10 de novembro de 2011.** Dispõe sobre alterações no dispositivos da lei complementar nº 123. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LeisComplementares/2011/leicp139.htm>>. Acesso em 27 mai. 2014

CAVALCANTI, Flávio R. Avenida W3 Sul; Disponível em: <<http://doc.brazilia.jor.br/Vias/via-W3-sul-Avenida.shtml>>. Acesso em: 01/06/2014

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. Resolução nº 1.255/09. Contabilidade para pequenas empresas e médias empresas. Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1255.doc>. Acesso em 02/06/2014

CIA, Joanília Neide de Sales; SMITH, Marinês Santana Justo; O papel da Contabilidade gerencial nas pmes (pequenas média empresas): um estudo nas empresas de calçados de Franca-SP. In: *II Congreso de la Asociación Española de Contabilidad Directiva* – Leon, Espanha. 2001.

COSTA, Maria Elisa. LIMA. Adeildo Viegas. Brasília 57-85. Do Plano Piloto ao Plano Piloto. Brasília:TERRACAP/GDF,1985. *apud* BRANDÃO, Verona Bonna. W3 Sul, ontem, hoje e amanhã – os dilemas de uma avenida modernista. In: **XIII SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL** – Rio de Janeiro, Brasil. 2009.

COSTA, Lúcio. **Relatório Plano Piloto.** Disponível em: <<http://www.cultura.df.gov.br/biografia.html>>. Acesso em 05 jun. 2014.

CRESWELL John W. **Projeto de pesquisa:** método qualitativo, quantitativo e misto. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DUARTE, Vânia Maria Do Nascimento Duarte. **Pesquisa quantitativa e qualitativa.** Disponível em: <<http://www.monografias.br/brasilecola.com/regras-abnt/pesquisa-quantitativa-qualitativa.htm>>. Acesso em 15 mai.2014.

ERCOLIN, Carlos Alberto. **Fatores financeiros determinantes da mortalidade de micro e pequena empresa.** 2007. Dissertação (Mestre em Administração) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP. São Paulo, 2007

FABRETTI, Laúdio Camargo. **Prática Tributária da Micro, Pequena e Média Empresa.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FILHO, Domingos Parra; SANTOS, João Almeida. **Apresentação de Trabalho Científicos: Monografia, TCC, Teses e Dissertações.** 3. ed. São Paulo: Futura, 2000.

FREITAS, Henrique; STOEHER, Angela Maria. O uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas. **Revista de Administração Eletrônica.** São Paulo, v.1, n.1, p. 25. 2008..

GARRISON, Ray H.; NORREN, Eric W.; BREWER, Peter C. **Contabilidade Gerencial**. 11 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade: Para o Nível de Graduação**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Contabilidade gerencial**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009

KASSAI, Sílvia. **As empresas de pequeno porte e a Contabilidade**. Caderno de Estudos da Fundação Instituto de Pesquisa Contábeis, Atuárias e Financeira – FIPECAFI. v. 9, n.9, p.60-74, São Paulo, 1997.

LINS, Thalita. Da pompa ao abandono: W3 Sul vive dias de decadência ao descaso. **Correio Braziliense**. Brasília, 11 de nov. de 2013. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/11/11/interna_cidadesdf,398095/da-pompa-ao-abandono-w3-sul-vive-dias-de-decadencia-e-descaso.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2014

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAIA, Henrique Manoel Ribeiro; Almeida, Vamberto Torres. **A Lei geral das micro e pequenas empresas: uma síntese das principais medidas aprovadas na lei complementar Nº 123/2006**. Rio Grande do Norte: SEBRAE, 2008.

MIRANDA, Luiz Carlos, et al. **Demanda por serviços contábeis pelos mercadinhos: são os contadores necessários?**. Contab. Vista & Rev., v. 19, n. 1, p. 131-151, jan./ mar. 2008.

MIRANDA, Luiz Carlos, et al. Para que serve a Contabilidade nas micro e pequenas empresas. **Revista Contemporânea em Contabilidade**, Santa Catarina, vol. 7, núm. 13, pp. 89-106, jan/jun. 2010.

MORELLI, Gustavo Henrique Faria. **Micro e pequenas empresas: prioridade na política econômica**. São Luís: SEBRAE, 1994.

NETO, Alexandre Assaf; Silva, César Augusto Tibúrcio. **Administração do Capital de Giro**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

OLEIRO, Walter Nunes; DAMENDA, Andre Neves; Victor, Fernanda Gomes. O uso da informação contábil na gestão de micro e pequenas empresas atendidas pelo programa de extensão empresarial NEE/FURG. **SINERGIA – Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativa e Contábeis**. Rio Grande do Sul, vol.11, nº1, PP. 37-47. Jan./jun 2007.

OLIVEIRA, Antonio Gonçalves; MÜLLER, Aderbal Nicolas; NAKAMURA, Wilson Toshiro. A utilização das informações geradas pelo sistema de informação contábil como subsídio aos processos administrativos nas pequenas empresas. **Revista FAE**, Curitiba, v.3, n.3, p.1-12, set./dez. 2000.

RESNIK, Paul. **A bíblia da pequena empresa**. São Paulo: Makron, 1991.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em: 27 mai. 2014.

_____; DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócios econômicos. **Anuário do trabalho na micro e a pequena empresa 2010 - 2011**. Brasília, DF: Dieese, 2012

_____; DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócios econômicos. **Anuário do trabalho na micro e a pequena empresa 2012**. Brasília, DF: Dieese, 2013

_____; DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócios econômicos. **Anuário do trabalho na micro e a pequena empresa 2013**. Brasília, DF: Dieese, 2014

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Manuel Soares da. **Utilidade da informação contábil para tomada de decisões: um estudo sobre a percepção dos gestores de micro e pequenas empresas da grande João Pessoa**. 2010. 118 f.. Dissertação (Mestrado)..Programa Multi-institucional e inter-regional de Pós Graduação – Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, João Pessoa, 2010.

APÊNDICE

Universidade de Brasília - UnB
 Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FACE
 Ciências Contábeis e Atuariais - CCA
 TCC – 1º Semestre de 2014 –
 Entrevista com os comerciantes – O perfil do comércio na W3/W2 e seus aspectos contábeis.
 Orientador: Prof. Mestre Alex Laquis Resende
 Aluno: Luiz Fernando Vilanova Cerqueira Junior – 10/0035205

Local de atendimento

W3 Sul W2 Sul W3/W2 Sul

Qual ramo da empresa?

Há quanto tempo o estabelecimento está na W3/W2 sul?

Menos de 6 meses 6 meses a 1 ano 1 ano a 2 anos
 2 anos a 3 anos 3 anos a 4 anos 4 anos a 5 anos.
 Mais de 5 anos

Utiliza métodos Contábeis para tomada de decisão?

Sim Não

Quantos funcionários a empresa tem?

Até 9 pessoas 10 a 49 pessoas.

A empresa tem desejo de abrir outra filial?

Sim Não

Se sim, abriria em outro ponto comercial da W3/W2 sul?

Sim Não

Onde gostaria? _____

Quais as vantagens de ter um ponto comercial na W3/W2 Sul, em relação a outros pontos comerciais de Brasília?

Aluguel Transp./Estacionamento Segurança Tradição
 Lucratividade Tributos (IPTU) Mão de Obra Clientela
 Outros _____, _____, _____

Quais as desvantagens de ter um ponto comercial na W3/W2 Sul, em relação a outros pontos comerciais de Brasília?

Aluguel Transp./Estacionamento Segurança Tradição
 Lucratividade Tributos (IPTU) Mão de Obra Clientela
 Outros _____, _____, _____

A respeito dos métodos contábeis, quais são os procedimentos utilizados nesta empresa para a tomada de decisão futura?

_____, _____, _____